

Adroaldo defende "relending" maior

por Walkyria Portes
de São Paulo

O vice-presidente de Operações Internacionais do Banco do Brasil (BB), Adroaldo Moura da Silva, defendeu ontem, em São Paulo, o mecanismo de conversão de dívida e a ampliação do limite para o "relending" como forma de elevar o nível de investimentos no País e reduzir o ônus da dívida externa, que inclui o risco cambial, sobre o governo.

Segundo ele, o Banco Central (BC) tem estudado a questão do "relending" e "acredito que os limites serão ampliados".

Ele descreveu a mudança de percepção na questão da dívida externa, lembrando que se tornou inviável o mecanismo clássico de renegociação. "Há uma percepção clara nos países em desenvolvimento de que algo de novo precisa ser feito. E nesse contexto que se coloca a conversão, como um dos pontos a serem discutidos. Flexibilidade é a palavra de ordem."

SETOR PRIVADO

Para o setor privado, não

há moratória; os tomadores de recursos continuam recolhendo seus pagamentos ao BC, uma forma de financiamento do setor público em detrimento do setor privado, disse o vice-presidente do BB. "Se formos financiar o setor privado, precisamos pensar em 'relending', 'lending' e conversão de dívida."

Atualmente, lembrou, os empréstimos estão concentrados no curto prazo, o que dificulta os investimentos. "Abrindo-se o 'relending', tiram-se os grandes tomadores do curto prazo. É uma miopia de política monetária não perceber a necessidade de recursos de médio e longo prazos", afirmou.

Ele acredita que deveria ser dobrado o limite mensal fixado para o "relending", cujo teto, para este ano, é de US\$ 1,2 bilhão para o setor privado. "Poderiam ser liberados, por exemplo, os depósitos da Resolução 63 bloqueados pela Circular 230", disse, afirmando que há uma "fila" de pedidos de US\$ 1 bilhão.

No seu entender, fica mais barato para o governo

colocar títulos no mercado do que reter empréstimos externos, incluindo-se aí recursos conversíveis. "Se se olhar o 'relending' ou a conversão sob o ponto de vista da dívida pública, há espaço." Naturalmente, explica, é preciso haver limites. Segundo ele, é uma questão de competência administrativa, que tem a ver com o tamanho do déficit público e a necessidade de financiamento do setor público.

CHILE

No tocante à conversão, que Moura da Silva considera preferível ao "relending", acredita que seja possível converter US\$ 1 bilhão por ano. (Somados principal e juros dos últimos três anos há mais de US\$ 20 bilhões.) Se se permitir conversão de principal, diz, poderiam ser emitidos títulos, num mecanismo, semelhante ao feito pelo Chile, que permita ao País a apropriação de deságio. Sugeriu também a emissão dos chamados "exit bonds", para os quais também deveria haver deságio.

No caso de conversão de

parcela dos juros, que deverá ser privilegiado pelo governo, pois seria reduzida a necessidade de refinanciamento, disse que não faz sentido exigir-se deságio. "A questão do deságio depende de para que setor serão destinados os recursos", afirmou, lembrando que o governo dá preferência a projetos voltados ao aumento das exportações.

Ele considera possível também a destinação de recursos de conversão para a privatização de empresas estatais — a exemplo do que foi feito com a Companhia Nacional de Tecidos Nova América, da qual participa o American Express Bank — desde que com participação limitada-se à compra de ações ordinárias.

Moura da Silva, que falou durante almoço promovido pelo Forex, no São Paulo Hilton, para cerca de setenta executivos de bancos nacionais e estrangeiros e empresários, segue hoje para os Estados Unidos, na comitiva do ministro da Fazenda, Bresser Pereira. Para ele, a atitude dos bancos credores é de boa expectativa.